

Infobritas

ABRIL/ 2026

Plano Estadual de Mineração avança no Rio Grande do Sul

Entenda o impacto para o setor e os próximos passos na construção do PEM-RS





Palavra do Presidente

Prezados associados, parceiros e amigos,

É com entusiasmo que apresento esta nova edição do Infobritas, nosso informativo aborda importantes assuntos do setor. Nesta publicação, reunimos pautas estratégicas que articulam avanços regulatórios, desafios urbanos e iniciativas socioambientais sob uma perspectiva integrada de desenvolvimento sustentável.

Começamos celebrando uma vitória coletiva: a aprovação de R\$ 2,5 milhões pelo Fundo Estadual do Meio Ambiente para a elaboração do Plano Estadual de Mineração do Rio Grande do Sul. A iniciativa, conduzida pelo Comin da FIERGS e viabilizada com o apoio da Sema e do Governo do Estado, representa um passo estruturante para o mapeamento do potencial mineral gaúcho. Com prazo estimado de 20 meses, o plano estabelece bases para alinhar a atividade mineral à política industrial e às demandas da transição energética, com reflexos diretos na geração de empregos, na arrecadação e na competitividade do Estado. Trata-se de um avanço que contribui para enfrentar, de forma qualificada, os conflitos territoriais e garantir condições para o desenvolvimento sustentável da mineração de agregados em consonância com a expansão urbana.

O avanço desordenado das cidades sobre jazidas de brita e areia – insumos extremamente sensíveis ao custo logístico, inescapáveis pela proximidade aos centros consumidores – ameaça sua esterilização irreversível. Sem planejamento territorial integrado, corremos o risco de desabastecimento, aumento de custo em obras, perda de receitas públicas e tensões sociais, agravadas pela fragmentação entre União, Estado e municípios, onde mais da metade dos planos diretores ignora nossa atividade. Precisamos urgentemente incorporar o zoneamento minerário nesses instrumentos, reconhecendo a mineração como utilidade pública, criando inventários locais, capacitando gestores e planejando o pós-extração desde o início, não apenas com foco na recuperação ambiental, mas também em usos nobres para áreas exauridas.

Essa integração não é uma escolha entre cidade e jazida, mas uma solução inteligente para um abastecimento seguro.

Essa perspectiva socioambiental ganha vida no Projeto Crescer da Concrsul, lançado em março de 2011 e voltado à educação ambiental, cidadania e consciência coletiva para crianças da educação infantil ao 5º ano. Alunos de escolas municipais, estaduais e particulares visitam a pedreira na Linha Pradel, em Bento Gonçalves, participando de atividades lúdicas, esportivas e educativas que revelam o processo de extração e beneficiamento da rocha, destacando como a mineração responsável fornece matéria-prima vital para infraestrutura, mobilidade e construção civil. Com mais de 60 turmas atendidas, o projeto reforça diretrizes de meio ambiente, qualidade e segurança da empresa, plantando sementes de responsabilidade nos futuros cidadãos e fortalecendo laços com a comunidade.

Por fim, intensificamos o diálogo com o poder público com a recente visita do diretor-geral da ANM ao Comin da FIERGS, em que apresentamos demandas cruciais da indústria mineral gaúcha, como agilização de licenças e maior segurança regulatória. Esse encontro consolida parcerias federais essenciais para desburocratizar processos e atrair investimentos, conectando-se diretamente ao Plano Estadual e à preservação de jazidas.

Esta edição do InfoBritas ilustra nossa participação proativa de planos visionários a ações educativas, passando pelo planejamento urbano responsável. Convido todos a se engajarem nessas pautas, pois só assim garantimos um setor mais resiliente e sustentável.

Juntos, seguiremos pavimentando o progresso! Boa leitura!

Atenciosamente,
Eduardo R. de F. Machado

Avanço urbano e proteção das jazidas de agregados

Geólogo Ivam Luis Zanette

Área Técnica e Regulatória do Sindibritas / Agabritas



Um dos destaques do FMA foi o debate sobre a expansão urbana e a conseqüente esterilização das jazidas de agregados minerais (brita e areia), insumos essenciais e insubstituíveis para a construção civil. Por apresentarem baixo valor unitário e alto custo logístico, sua viabilidade depende da proximidade com os centros consumidores.

O crescimento urbano desordenado tem avançado sobre áreas com potencial ou já destinadas à mineração, provocando a esterilização de jazidas e intensificando conflitos de uso do solo. Esse cenário gera impactos relevantes, como o aumento dos custos das obras, riscos de desabastecimento, perda de arrecadação pública e tensões sociais que poderiam ser evitadas com planejamento adequado.

Os debatedores destacaram que esse problema decorre, sobretudo, da ausência de planejamento territorial integrado e da fragmentação entre as esferas federal, estadual e municipal.

Apesar de sua importância estratégica, a mineração de agregados ainda é pouco considerada nos instrumentos de ordenamento urbano. Mais da metade dos municípios brasileiros sequer menciona a atividade em seus planos diretores.

Entre os principais consensos do painel, destacou-se a necessidade de incorporar o zoneamento minerário aos planos diretores municipais e reconhecer a mineração como atividade de utilidade pública. Também foi ressaltada a importância de fortalecer o diálogo entre poder público, setor produtivo e sociedade, bem como de planejar o uso futuro das áreas mineradas desde o início das operações.

Outro desafio relevante é a baixa capacitação técnica de muitos municípios, que frequentemente carecem de profissionais capacitados e informações confiáveis para decisões sobre o uso do território envolvendo a mineração. Como soluções, foram sugeridas a elaboração de inventários minerários locais e a cooperação com estados e instituições técnicas.

O painel também reforçou que a mineração de agregados é uma atividade vinculada à localização da jazida, ou seja, não pode ser simplesmente deslocada em função da expansão urbana. Sua exclusão do planejamento tende a gerar impactos econômicos e sociais no médio e longo prazo.

Como encaminhamentos práticos, destacam-se a consolidação normativa e maior integração entre os entes federativos, a criação de incentivos para municípios que adotarem o zoneamento minerário e a implementação de programas de capacitação para gestores públicos.

No âmbito operacional, as empresas podem contribuir ao incluir nos Planos de Aproveitamento Econômico, conforme a NRM/2002, a delimitação clara da poligonal da área, dos limites da mineração e de perímetros adicionais de segurança. Esses elementos são fundamentais para demonstrar, no território, as áreas com restrição à urbanização e resguardar os empreendimentos em situações de conflito. Essa documentação, obrigatória junto à ANM, desempenha papel essencial na prevenção de disputas.

A mensagem central é clara: desenvolvimento urbano e atividade mineral precisam ser integrados de forma estratégica ao planejamento territorial. Sem essa visão, corre-se o risco de comprometer o abastecimento de insumos essenciais e encarecer significativamente o desenvolvimento urbano.



Apresentação reforça o planejamento territorial da mineração.



Painel discute a integração da mineração ao planejamento urbano.



Lideranças do setor reunidas no evento.



Concresul investe em educação ambiental para crianças

Projeto Crescer em Bento Gonçalves

Há 15 anos, a Concresul vem fortalecendo seu compromisso com a comunidade por meio do Projeto Crescer, iniciativa realizada em Bento Gonçalves que tem como foco a educação ambiental de crianças.

Desde março de 2011, a Concresul desenvolve o Projeto Crescer, iniciativa voltada à promoção da educação ambiental, da cidadania e da consciência coletiva entre crianças e adolescentes. A proposta busca estimular, desde os primeiros anos escolares, valores relacionados à preservação do meio ambiente, à segurança no trânsito e à convivência em sociedade.

O projeto atende alunos da educação infantil ao 5º ano, oriundos de escolas municipais, estaduais, particulares e outras instituições de ensino, que são recebidos na pedreira da empresa, localizada na Linha Pradel, em Bento Gonçalves. Durante as visitas, os participantes vivenciam atividades lúdicas, esportivas e educativas, que incentivam a criatividade, a cooperação e o aprendizado de forma prática.



Um dos principais diferenciais da experiência é a oportunidade de conhecer de perto a jazida de onde é extraída a rocha, além de acompanhar os processos de extração e beneficiamento do material. A vivência permite compreender como a mineração, quando realizada com responsabilidade, é essencial para o desenvolvimento das cidades, ao fornecer matéria-prima indispensável para obras de infraestrutura, mobilidade urbana e construção civil, com impacto direto na qualidade de vida da população.

O Projeto Crescer foi estruturado com base em diretrizes de meio ambiente, qualidade e segurança da empresa, reforçando o compromisso da Concresul com práticas sustentáveis e com a formação de cidadãos mais conscientes em relação ao uso dos recursos naturais. Ao longo de sua trajetória, mais de 60 turmas, somando centenas de alunos, já participaram do projeto. A iniciativa fortalece a relação entre a empresa e a comunidade e contribui para a formação de uma geração mais informada e responsável.

Instituições interessadas em participar do Projeto Crescer podem entrar em contato pelo telefone (54) 2105-335 ou pelo e-mail sec.direcao@concresul.com



Plano Estadual de Mineração avança no RS e reforça necessidade de planejamento estratégico para o setor



Como resultado de uma articulação liderada pela FIERGS, por meio do Comitê da Indústria Mineral (Comin), com participação ativa do Sindibritas e da Comissão de Infraestrutura (Coinfra), a Câmara Técnica do Fundo Estadual do Meio Ambiente (Fema), vinculada ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) aprovou a destinação de recursos para a elaboração do Plano Estadual de Mineração do Rio Grande do Sul (PEM-RS).

Com investimento estimado em R\$ 2,5 milhões e prazo de execução de aproximadamente 20 meses, o PEM-RS representa um avanço importante para a organização da atividade mineral no estado. O plano deverá consolidar informações sobre o potencial mineral gaúcho, estabelecer diretrizes para o desenvolvimento do setor e orientar o aproveitamento dos recursos minerais de forma responsável, integrada e alinhada às demandas econômicas, ambientais e territoriais.

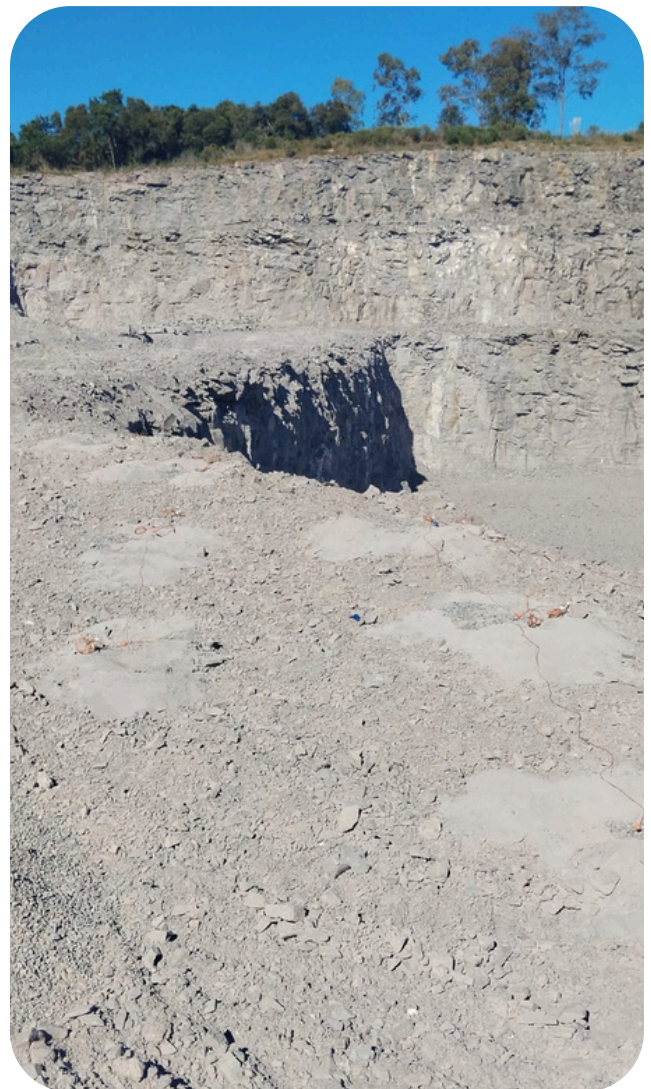
Para a mineração gaúcha, a construção do plano é estratégica. Ao delimitar áreas com potencial de exploração, identificar restrições e orientar o uso do território, o PEM-RS pode contribuir para maior previsibilidade, segurança jurídica e redução de conflitos entre atividade mineral, comunidades e meio ambiente. Também permite integrar a mineração a agendas estruturantes, como política industrial, infraestrutura, transição energética e competitividade econômica.

A relevância do plano está diretamente relacionada ao potencial de transformar o patrimônio mineral do Rio Grande do Sul em desenvolvimento concreto. Quando bem planejada, a mineração contribui para a geração de empregos, ampliação da arrecadação, fortalecimento de cadeias produtivas e atração de investimentos, sempre dentro de uma lógica de sustentabilidade e responsabilidade.

No entanto, a efetividade do PEM-RS dependerá da qualidade de sua construção. Neste momento, é fundamental que o setor produtivo, sob liderança da FIERGS e com o engajamento de entidades como o Sindibritas, acompanhe de perto a revisão e atualização do termo de referência do plano. O objetivo deve ser construir um documento prático, aplicável e orientado a resultados, evitando diretrizes genéricas que dificultem sua implementação.

Um dos pontos centrais será a definição de metas claras, objetivas e mensuráveis. Indicadores concretos permitirão acompanhar a execução do plano ao longo do tempo, avaliar avanços e ajustar estratégias quando necessário. Nesse sentido, a criação de um grupo de trabalho específico no âmbito do Comin pode fortalecer o diálogo técnico, organizar contribuições do setor e qualificar a construção do PEM-RS.

Mais do que um instrumento de planejamento, o Plano Estadual de Mineração pode se tornar um marco para a mineração gaúcha. Para isso, precisará ser conduzido com visão estratégica, consistência técnica e foco em resultados concretos para o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Sul.



Mineração gaúcha se reorganiza após enchentes e avança em articulação institucional

A recente agenda da Agência Nacional de Mineração no Rio Grande do Sul sinaliza um momento relevante de reorganização estratégica do setor mineral no estado. Entre encontros técnicos, articulações institucionais e diálogo com representantes da indústria, a visita da diretoria da ANM reforçou um movimento mais amplo de aproximação entre a atuação federal e as demandas regionais, contribuindo para a construção de um ambiente mais previsível e eficiente para a mineração gaúcha.

Com a vinda do diretor-geral da ANM, diversas agendas ocorreram nos estados da região sul. No Rio Grande do Sul, entre os temas principais da agenda teve a implementação da nova estrutura administrativa da ANM, reformulada em 2025. Além de tratar dos impactos ainda recentes das enchentes de 2024, que exigiram respostas emergenciais e seguem influenciando o planejamento do setor mineral no Rio Grande do Sul.

Nesse cenário, a mineração gaúcha, historicamente caracterizada por operações de menor escala em comparação com outros estados, passa por um momento de transição. O aumento no volume de pesquisas minerais e a busca por maior integração institucional indicam um setor em movimento, atento às oportunidades e aos desafios que se colocam no curto e no longo prazo.

A agenda teve início em Porto Alegre, com reunião entre a diretoria da ANM e as equipes técnicas da região Sul. O encontro buscou alinhar a aplicação prática do novo regimento da Agência nos estados, em um esforço de padronização de procedimentos, fortalecimento da comunicação interna e consolidação da nova estrutura administrativa em nível regional.

Na sequência, a comitiva esteve na Casa de Governo do Rio Grande do Sul, estrutura criada para coordenar as ações de reconstrução após as enchentes. A reunião reforçou a inserção da mineração nesse contexto, especialmente diante dos efeitos provocados pelo deslocamento de sedimentos e pela formação de depósitos de areia em diferentes regiões. Durante o período mais crítico, a ANM adotou medidas excepcionais, como a prorrogação de prazos em processos minerários, evidenciando a importância de mecanismos regulatórios capazes de responder com agilidade em situações emergenciais.



Equipe técnica da ANM e representantes do setor alinham diretrizes para atuação no RS.



Diretoria da ANM em reunião com o secretário Ramon Kern para tratar de medidas e articulação no pós-enchentes.

A agenda incluiu, ainda, reunião na Assembleia Legislativa, com representantes da Frente Parlamentar da Mineração Gaúcha. O debate concentrou-se no cenário atual do setor e nas perspectivas de expansão da atividade no estado, especialmente em áreas com maior potencial mineral. Ficou evidente que o avanço da mineração depende de fatores estruturantes, como viabilidade econômica, licenciamento ambiental, segurança jurídica e estabilidade regulatória.

O encerramento da programação ocorreu na FIERGS, reunindo empresários, sindicatos e lideranças da indústria mineral. Entre os principais pontos levantados, destacou-se a necessidade de maior agilidade nos processos regulatórios. A desburocratização, a previsibilidade e o fortalecimento institucional foram apontados como condições essenciais para viabilizar novos investimentos e sustentar o crescimento do setor mineral no Rio Grande do Sul.

Mais do que uma agenda de compromissos, a visita da ANM evidenciou que a mineração gaúcha vive um momento de construção institucional. O foco está menos em medidas pontuais e mais na consolidação de bases duradouras, como integração entre órgãos públicos, modernização regulatória e alinhamento entre poder público e setor produtivo.

Para o segmento de brita e agregados, representado por entidades como Sindibritas e Agabritas, esse movimento reforça a importância da participação ativa nas discussões estratégicas e do diálogo contínuo com os órgãos reguladores. Em um cenário de reconstrução, adaptação e retomada, a mineração reafirma seu papel como atividade essencial ao desenvolvimento econômico, à infraestrutura e à reorganização territorial do Rio Grande do Sul.



Reunião reforça diálogo e busca por mais agilidade no setor mineral.



Articulação entre ANM e lideranças no RS.



Infobritas

ABRIL / 2026

WWW.SINDIBRITAS.COM.BR